



GÊNERO, SAÚDE MENTAL E INSTITUIÇÃO PSIQUIÁTRICA NA OBRA DE FRANCA ONGARO BASAGLIA

10.62506/phs.v6i33.268

Gender, mental health, and psychiatric institution in the work of Franca
Ongaro Basaglia

Género, salud mental e institución psiquiátrica en la obra de Franca Ongaro
Basaglia

CAMILA MUHL ¹

JASMINE SILVA SARAIVA ²

MARIANA BACCULE BRANDÃO ³

MARINA ZMINKO KURCHAIT ⁴

Resumo: Franca Ongaro Basaglia foi uma das líderes do movimento de desinstitucionalização dos pacientes psiquiátricos na Itália, conhecido como Psiquiatria Democrática, e que foi uma das principais influências para o modelo de Atenção Psicossocial brasileiro com seus Centros de Atenção Psicossocial. Haja vista o impacto da produção intelectual e atuação política para o cenário da saúde mental no Brasil, destaca-se o fato de que Franca é ainda desconhecida pelo público nacional, ficando à sombra do seu companheiro Franco Basaglia. Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir a obra de Franca Ongaro Basaglia a partir do livro “Mujer, Locura y Sociedad”, passando por três temas centrais nesta produção: a instituição psiquiátrica, a compreensão de gênero e a saúde mental da mulher. Como reflexão, a partir do caso de Franca, discute-se o apagamento epistêmico das mulheres como autoras de ciência e a constituição da autoridade científica.

Palavras-chave: Desinstitucionalização; Mulher; Psiquiatria Democrática.

Abstract: Franca Ongaro Basaglia was one of the leaders of the de-institutionalization movement for psychiatric patients in Italy, known as Democratic Psychiatry, and she was a major influence on the Brazilian model of Psychosocial Care with its Psychosocial Care Centers. Given the impact of her intellectual production and political action on the mental health landscape in Brazil, it is noteworthy that Franca remains largely unknown to the national public, overshadowed by her partner Franco Basaglia. This article aims to present and discuss the work of Franca Ongaro Basaglia based on the book *Mujer, Locura y Sociedad*, focusing on three central themes in her production: the psychiatric institution, the understanding of gender, and women's mental health. As a reflection, based on Franca's case, the article discusses the epistemic erasure of women as authors of science and the constitution of scientific authority.

Keywords: De-institutionalization; Woman; Democratic Psychiatry.

Resumen: Franca Ongaro Basaglia fue una de las líderes del movimiento de desinstitucionalización de los pacientes psiquiátricos en Italia, conocido como Psiquiatria Democrática, y que fue una de las principales influencias para el modelo de Atención Psicosocial brasileño con sus Centros de Atención Psicosocial. A la vista del impacto de su producción intelectual y su actuación política en el escenario de la salud mental en Brasil, destaca el hecho de que Franca sigue siendo desconocida para el público nacional, quedando a la sombra de su compañero Franco Basaglia. Este artículo tiene como objetivo presentar y discutir la obra de Franca Ongaro Basaglia a partir del libro *Mujer, Locura y Sociedad*, abordando tres temas centrales en esta producción: la institución psiquiátrica, la comprensión de género y la salud mental de la mujer. Como reflexión, a partir del caso de Franca, se discute el borrado epistémico de las mujeres como autoras de ciencia y la constitución de la autoridad científica.

Palabras clave: Desinstitucionalización; Mujer; Psiquiatria Democrática.

¹ Fae Centro Universitário, Curitiba, Brasil. Email: came.muhl@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4054-6035>.

² Fae Centro Universitário, Curitiba, Brasil. Email: jasmiesaraiva.psi@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1579-0813>

³ Fae Centro Universitário, Curitiba, Brasil. Email: marianabrandao.psic@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-8691-1145>

⁴ Fae Centro Universitário, Curitiba, Brasil. Email: zk.marina@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0212-3234>



Introdução

A voz da ciência não é uma voz neutra, ela possui cor, classe, gênero, idade, cultura, etnia, geografia. Essa afirmação pode ser desdobrada em duas direções: Quem é o objeto da ciência, aquele que importa e por isso é colocado no centro dos estudos? A outra é: quem produz a ciência, que consegue concluir o treinamento formal como cientista e ocupar os não tão vastos cargos em pesquisa e divulgação científica? Neste texto, nossa preocupação está em responder à segunda pergunta, indo ao encontro do argumento de Anderson (2023) de que as concepções e práticas dominantes de atribuição, aquisição e justificação do conhecimento são desvantajosas para as mulheres e outros grupos subordinados.

A tradição da ciência moderna, aquela baseada numa ciência natural e que acaba sendo imitada pelas ciências humanas nascentes, cria um modelo explicativo baseado em causalidade e criação de leis gerais para os fenômenos. Para esse empreendimento funcionar, era preciso que o pesquisador se armasse da sua racionalidade, objetividade e neutralidade, e por mais que essa fórmula já tivesse sido exaustivamente criticada desde Dilthey (2008/1984), ainda há um resíduo desse pensamento no que diz respeito ao estatuto de cientificidade.

O que a princípio parece uma discussão exclusivamente epistemológica tem mais nuances quando pensamos no que significa excluir qualquer rastro de subjetividade da ciência, conforme as problematizações de Danila Suarez Tomé:

O problema subjacente a essa ideia supostamente neutra é que ao longo da história foi estabelecida a crença de que os homens são capazes de se distanciar de seus objetos de estudo para gerar julgamentos que não são alterados por suas emoções, enquanto as mulheres são seres primariamente emocionais, a quem lhes custa, ou é impossível, fazer julgamentos objetivos (Tomé, 2016, p.77, tradução nossa).

Anderson (2023) reflete sobre como a localização social da pessoa reflete o que ela sabe, dentro da concepção de conhecimento situado. A localização social fala da *identidade social* que lhe é atribuída a partir do gênero, raça, orientação sexual, classe, relação de parentesco, trans/cisgeneridade, entre outros; e *relações sociais* que são afetadas por essas identidades, ao prescreverem diferentes virtudes, hábitos, emoções e habilidades que se pensam apropriadas para esses papéis.

Destarte, ao recortarmos a identidade social e as relações sociais das mulheres dentro da ciência, percebemos que

as práticas dominantes de conhecimento são desvantajosas para as mulheres ao (1) excluí-las das investigações, (2) negar-lhes autoridade epistêmica, (3) rebaixarem o estilo cognitivo “feminino”, (4) produzirem teorias sobre mulheres que as representam como inferiores, ou significativas apenas das maneiras em que elas servem aos interesses masculinos, (5) produzirem teorias sobre os fenômenos sociais que tornam as atividades e interesses das mulheres, ou a relação de poder entre os gêneros, invisível e (6) produzirem conhecimento que não é útil para pessoas em posições subordinadas, ou que reforcem a hierarquia de gênero ou outras hierarquias sociais (Anderson, 2023, p.46).

Retomando o argumento de Tomé (2016), as ciências consideradas como universais não levam em conta a experiência feminina, o que debilita a própria capacidade explicativa da ciência. Essa compreensão parte da ideia de que o conhecimento é situado: “[...] o mesmo objeto ou questão pode ser compreendido de diferentes maneiras de acordo com as diferentes relações que o sujeito cognoscente mantém com o referido objeto ou questão” (Tomé, 2016, p. 81, tradução nossa). Nesse sentido, incrementar diferentes vozes fazendo ciência é uma maneira de incrementar a própria ciência. Um desafio então é lançado à ciência, segundo Sara Ahmed (2022): o de fazer teoria a partir da descrição do seu lugar no mundo, ou, no caso das mulheres, de um não-lugar no mundo, desestabilizando o construto do universal e de que as ideias só são originadas em corpos masculinos.

Tendo esclarecido nosso debate epistemológico de base, passemos agora para o objetivo específico deste artigo que é analisar a obra *Mujer, Locura y Sociedad*, esmiuçando seus principais argumentos, e por conseguinte, intentamos também apresentar a obra de Franca Ongaro Basaglia ao público brasileiro diante do apagamento de gênero que esta sofreu na introdução do pensamento da Psiquiatria Democrática Italiana em nosso país. Esse movimento, que foi uma das bases da Reforma Psiquiátrica Brasileira (Amarante, 2007; Puchivailo, Silva & Holanda, 2013), tomou forma no rosto de Franco Basaglia, que inclusive esteve no Brasil proferindo uma série de palestras sobre a instituição psiquiátrica (Basaglia, 1979). Todavia, como afirma Amarante (2022), Franca foi uma ativista política com protagonismo destacado em todo o processo da Reforma



Psiquiátrica Italiana.

Franca e Franco eram casados e idealizaram juntos, teórica e politicamente, as ações que deram origem à Lei 180 de 1978 na Itália, que reorganiza a internação psiquiátrica no país, mas a lei ficou conhecida como Lei Basaglia, em homenagem a Franco (Amarante, 2007; 2022). Outra faceta deste apagamento está no impacto científico das suas obras. Uma busca no Google Acadêmico¹, com restrição para resultados para português/Brasil, com o nome “Franco Basaglia”, traz 5.090 resultados, incluindo artigos, capítulos de livro e monografias de pesquisadores brasileiros dedicados à sua obra (Amarante, 1994; Kantorski et al, 2021; Perotti, Holanda & Mariotti, 2021). Quando repetimos a busca com os termos “Franca Basaglia”, surgem 155 resultados e, com os termos “Franca Ongaro Basaglia”, apenas 63 resultados.

Na publicação argentina do livro “*La salud mental en China*” de Gregorio Bermann (2020), obra traduzida e prefaciada em italiano por Franca, o prefácio de sua autoria (Ongaro Basaglia, 2022) foi atribuído a Franco e apenas anos depois foi publicada uma versão corrigida, com a atribuição correta sobre a autoria. Paulo Amarante, um estudioso da obra do casal Basaglia, relata sua experiência com o apagamento de Franca:

Apesar de toda a importância e toda a singularidade da contribuição de Franca, não se pode negar que ela permaneceu relativamente invisibilizada. Talvez como consequência da marcada tradição patriarcal da nossa cultura. Quicá, em parte, a coincidência de ter o mesmo nome do seu reconhecido e carismático companheiro influenciou um pouco nesse silenciamento ou apagamento social que se formou sobre ela. Em um livro que publicamos logo depois que Franca esteve no Brasil a nosso convite, tivemos que revisar todo o texto com muito cuidado, pois a revisora gramatical (uma mulher) substituiu o nome de Franca pelo de Franco (Amarante, 2022, p. 01, tradução nossa).

O presente artigo, assim, dedica-se a Franca Ongaro Basaglia, com o objetivo de pensar sua contribuição para o campo da saúde mental. Para tal, optamos por analisar a coletânea de textos intitulada *Mujer, Locura y Sociedad*, que coloca a questão da loucura como centro do debate e por ser uma coletânea nos permite dialogar com enquadramentos e momentos distintos da sua produção. Não foram localizadas traduções em português para esse texto, de forma que se trabalhou com a versão de tradução mexicana de 1987 (1ª edição de 1983), feita por Ana María Magaldi e Clara Kielack através da Universidad Autónoma de Puebla. Começaremos o artigo apresentando a biografia de Franca e na sequência apresentaremos os conteúdos analisados seguindo a sequência do sumário da obra: compreensão de gênero, a saúde mental da mulher e a instituição psiquiátrica.

A trajetória de Franca Ongaro Basaglia

Apresentaremos a trajetória de vida de Franca a partir do seu verbete no Dicionário Bibliográfico de Italianos organizado pelo Instituto da Enciclopédia Italiana fundado por Giovanni Treccani. O texto foi escrito por Maria Grazia Giannichedda e data de 2016.

Franca Ongaro nasceu em Veneza em 5 de setembro de 1928, a segunda de quatro filhos, filha de Carolina e Agostino. O pai faleceu quando Franca estava no último ano da escola e ela precisou abandonar o sonho de cursar a universidade e passou a trabalhar como secretária em uma empresa de sistemas elétricos. Foi nessa época da sua vida que ela é apresentada a Franco Basaglia por intermédio de seu irmão mais velho que conhecia Franco pelas suas atividades políticas compartilhadas (Giannichedda, 2016).

Franca e Franco se casaram em 1953 e tiveram dois filhos: Enrico e Alberta. Nos primeiros anos do casamento, Franco trabalhava como assistente na clínica neuropsiquiátrica da Universidade de Pádua, enquanto Franca cuidava da casa e dos filhos. Todavia, Franca não queria ficar restrita à vida privada, ainda mais diante do solo fértil de mudanças sociais que permeava a Itália naquele momento (Giannichedda, 2016).

Motivada pelos próprios interesses, como a literatura, e aqueles que ela compartilha com o companheiro, como a filosofia e a psiquiatria fenomenológica, Franca coloca as mãos à obra e começa a produzir: contos infantis, adaptações de romances, traduções de obras para o italiano. Entre as obras traduzidas por Franca, está o livro *Asylums* de Erving Goffman, referência para aqueles que estudam a instituição psiquiátrica e à qual o público italiano teve acesso pelo trabalho de Franca (Giannichedda, 2016).

Em 1961, ocorre um ponto de virada para o casal Basaglia quando Franco assume a direção do hospital psiquiátrico de Gorizia. Franca se comprometeu pessoalmente com o trabalho de transformação do hospital, atuando como voluntária e participando das assembleias gerais. Quando Basaglia se demitiu de Gorizia (1968), ela não o seguiu para Parma e Trieste. A partir de 1969, Franca permanece morando na casa de Veneza com seus filhos adolescentes, recebendo a visita do marido nos finais de semana (Giannichedda, 2016).

Neste momento, a vida de Franca já está completamente atrelada ao movimento de desinstitucionalização, de modo que sua produção intelectual e atuação política giram em torno destas discussões. Franca foi uma das fundadoras da Associação de Psiquiatria Democrática e da Rede Internacional de Psiquiatria Alternativa. Colaborou com a criação do Programa de Epidemiologia e Prevenção de Doenças Mentais do Conselho Nacional de Pesquisa (CNR). E entre 1972 e 1977 dirigiu o Centro Internacional de Estudos e Pesquisa Crítica de Instituições com sede em Veneza (Giannichedda, 2016).

¹ Pesquisa realizada em 17 de julho de 2023.



Nos anos em que foram companheiros, Franca e Franco também compartilharam o fazer intelectual. Giannichedda (2016) afirma que é impossível, além de estéril, tentar distinguir as contribuições de um e de outro para os livros e ensaios concebidos e assinados em conjunto pelo casal, além de outras produções junto aos colaboradores do movimento de desinstitucionalização. Franca, inclusive, defende a ligação entre seu trabalho e os contextos em que se desenrolavam as questões que ela pesquisou e escreveu, apontando para o quanto coletivo foram os esforços para fundamentar teoricamente a Psiquiatria Democrática Italiana.

Mesmo após a morte de Franco em 1980, Franca manteve contato constante com serviços públicos e movimentos sociais, trabalhou na formação de operadores, apoiou associações familiares e de usuários, participou incansavelmente de conferências, debates e reuniões, e atuou no senado italiano de 1983 a 1992. Ela foi eleita para dois mandatos, integrando a Comissão de Saúde, e atuou para fazer avançar a reforma psiquiátrica italiana que havia tomado forma na Lei 180 de 1978 (Giannichedda, 2016).

Em 2001, Franca recebe o título honorário em Ciências Políticas pela Universidade de Sassari, localizada na ilha da Sardenha, na Itália. Franca Ongaro faleceu em sua casa em Veneza, no dia 13 de janeiro de 2005 (Giannichedda, 2016).

O gênero e suas implicações

Para o desenvolvimento deste artigo, passaremos pelo livro *Mujer, Locura y Sociedad*, capítulo a capítulo, apresentando as principais ideias. Ongaro Basaglia (1987) inicia a obra com o texto “Mujer, Sociedad y Política”, refletindo sobre um artigo que havia escrito em 1968 sobre as dificuldades colocadas pela relação privada mulher-homem. O momento político italiano, acompanhado por alguns outros países ocidentais, era de vésperas de revolução e inspirava na autora suspeitas de que, mesmo diante de uma hipotética nova dimensão, a mulher ainda tinha que se reduzir a “preparar o leite quente para os revolucionários”. A italiana apontou, então, que o privado é o lugar em que a mulher, ainda que se encontre comprometida com a mesma luta que o homem, tem que pagar o preço também do compromisso político deste homem, que continua exigindo dela compreensão pela dureza de sua própria vida e de sua própria luta.

A autora questionava-se se seria de fato somente privada, subjetiva e individualista, como se posicionava naquele momento o pensamento dominante, a exigência de uma mulher de ser incluída entre os novos sujeitos, ou, então, se não era mais do mesmo, uma defesa patriarcal frente à pretensão da mulher por se localizar de maneira diferente, diante da sua exigência de coerência entre o que se faz e o que se diz, entre a “revolucionaridade” de um discurso e da imobilização da prática. Ongaro Basaglia estava criticando a parte da esquerda que não deu crédito ao movimento de liberação da mulher e que demonstrava, uma vez mais, que importava tão somente o discurso sobre esta liberação, a partir de um ponto de vista ideológico, mas não frente à sua realidade concreta (Ongaro Basaglia, 1987).

Esta esquerda taxava as vozes das mulheres que falaram de sua realidade e de sua opressão de individualistas e burguesas. A própria autora confessa que ficava incerta, perplexa e questionava, ciente de seus privilégios de classe, a validade do que pensava e escrevia (Ongaro Basaglia, 1987). Mas, compreendeu que estes movimentos não enquadravam a libertação das mulheres na luta de classes e que ela deveria partir, então, do lugar compartilhado de opressão vivida por todas as mulheres.

Percebemos, assim, a centralidade do público e do privado nas discussões aventadas pela italiana, tema muito explorado dentro dos estudos de gênero (Lamoureux, 2009). Se a revolução pretendida não transformava os homens revolucionários em seus planos pessoal e privado, então, tratava-se de uma revolução apenas no discurso, já que não alterava a natureza da opressão contra a qual se lutava. E este é, para Ongaro Basaglia (1987), um ponto crucial na luta de libertação feminista, pois, quando a mulher começa a exigir uma existência como sujeito histórico-social, vê-se obrigada a romper com todos os velhos equilíbrios, colocando em discussão cada nível de opressão, privado e público, individual e social, que não podem mais se falsificar como incapacidade natural feminina. Kanoussi (1987), refletindo sobre as proposições de Franca, afirma que é a aparição da mulher-sujeito que vai permitir a ruptura das relações históricas entre público e privado.

Portanto, Ongaro Basaglia (1987) é adepta de um questionamento radical - que vai até à raiz -, que obriga que o sujeito confronte sua própria prática com a do outro, uma prática cotidiana em que os elementos naturais e culturais, individuais e sociais são indissolúveis. A verdadeira liberação feminina somente poderá existir em um mundo liberto da opressão e da exploração como regras de vida. Esta posição da autora mostra-se absolutamente atual, como ainda entoam mulheres em manifestações pelo mundo: “a revolução será feminista ou não será”.

O outro problema central da questão feminina para a autora é o corpo com o qual a mulher tem sido identificada - um corpo diverso do corpo masculino e com uma estreita relação com a natureza. Este corpo, dentro desta perspectiva, carrega consigo prisões naturais e culturais: a concepção, a maternidade, o aborto, a sexualidade, o lesbianismo, a violação e o estupro. A mulher não pode prescindir destes temas para enfrentar tudo aquilo que se refere à paridade de direitos no trabalho, no *status* social e no pertencimento a uma classe (Ongaro Basaglia, 1987).

Kanoussi (1967) relembra como o corpo é tema inicial para a luta feminista, assim como aparece como central na obra de Franca, em que a opressão é resultado da identificação mulher-natureza, diverso-desigual,



diverso-inferior. A proposição de Franca é que a luta das mulheres por direitos deve enfrentar “primeiro o que as impede de exercer esses direitos: a ideologia, a legislação, a vida cotidiana e a vida social em todos os tempos e lugares que reflete esta equação diversa = inferior” (Kanoussi, 1967, p.84, tradução nossa).

Assim, para Ongaro Basaglia, se as dificuldades para se expressar e ser reconhecida como pessoa e membro ativo da vida social estão essencialmente vinculadas a seu ser mulher e a sua função natural, o corpo é a realidade da qual se deve partir e a primeira realidade a que se deve enfrentar. A autora frisa que, claro, o homem também tem um corpo do qual é prisioneiro, no entanto, sua luta de libertação não está centrada em sua sexualidade nem dela depende (com exceção dos homens homossexuais, já que sua exclusão tem caráter sexual), pois sua sexualidade já foi identificada *a priori* com o poder, com a potência, com o domínio, e não é desse poder de dominação do qual os homens querem se libertar:

O corpo do homem é, por definição, forte, prepotente, cheio de necessidades cuja satisfação não pode ser adiada, ocupa todo o espaço que encontra, está livre de vínculos naturais salvo os da doença e da morte. É um corpo que lhe serve – e se supõe que sirva – como instrumento de luta contra a natureza, como instrumento de construção de uma vida que lhe corresponda, comprometido com a ação, o tempo, o pensamento (Ongaro Basaglia, 1987, p.16, tradução nossa).

O que pontua Ongaro Basaglia é que, enquanto a potência e o domínio são tidos como naturais e históricos no homem, são naturais e históricas na mulher a passividade e a fraqueza. E esta diversidade natural entre os corpos masculino e feminino foi culturalmente traduzida como desigualdade histórica. O corpo, cuja desigualdade natural foi convertida para desigualdade social, é o problema número um e é o que aprisiona todas as mulheres em uma única categoria, pois a inferioridade e a invalidação da mulher estão ligadas à sua natureza, algo da qual elas não podem transcender, enquanto os homens transcenderiam por sua racionalidade.

O corpo é entendido pela autora como uma prisão na qual as mulheres estão presas, da qual não podem prescindir e nem anular. Aqui, então, localiza-se mais um ponto crucial na obra de Ongaro Basaglia: discutir este processo significa discutir a lógica sobre a qual se funda a nossa cultura, que sempre utilizou dos elementos naturais para legitimação do poder.

Dentro desta lógica, nunca houve reciprocidade entre as necessidades do homem e da mulher. Estabeleceu-se desde sempre que a mulher não existia: se a mulher foi definida como fraca e incapaz por natureza, é automático deduzir que sua felicidade consistia em suprir as necessidades do homem a que amava. Não importava que, para isso, tivesse que renunciar a um “eu” que não devia ser afirmado. (Ongaro Basaglia, 1987).

No entanto, nunca existiu uma ausência tão presente, necessária e indispensável quanto sistematicamente negada. Quando uma mulher rejeita esta posição e conquista-se a ela própria, tal conquista soa aos homens como uma ameaça para sua própria identidade, como perda de algo que lhe pertencia. Para Ongaro Basaglia (1987), toda força e espaço que a mulher adquira para ser igual é vivida pelo homem como uma ameaça de ser invadido, expropriado, castrado.

A autora considera um desafio nos fazermos entender: o que a mulher busca é existir, preencher um vazio que tem durado tempo demais e que agora tem pressa de ocupar. A reação desencadeada a partir disso, do homem continuar levando ao nível da reivindicação individual o que quer ser um movimento de liberação social é a marca de como ele está prisioneiro de uma cultura na qual a sua própria existência está garantida pela ausência do outro (Ongaro Basaglia, 1987).

A saúde mental da mulher

Na sequência, Ongaro Basaglia (1987) apresenta o segundo capítulo intitulado “*La Mujer y la Locura*”, o qual aborda a relação entre a opressão social e a manifestação da loucura pelas mulheres em uma sociedade patriarcal que contribui significativamente para o desenvolvimento e a imposição de papéis restritivos e expectativas limitadoras. Analisando como esta opressão pode ser econômica e culturalmente vivenciada pelas mulheres, a autora também destaca conceitos que podem abranger tais papéis impostos.

No texto, Ongaro Basaglia (1987) introduz o gênero como *primeiro nível de opressão*, o que descreve a forma mais comum e fundamental de opressão que as mulheres sofrem na sociedade. Ela argumenta que esse primeiro nível de opressão está enraizado nas estruturas patriarcais que limitam e escrevem o papel das mulheres, tanto no âmbito social quanto no individual. Explora também como essa opressão pode-se manifestar de diversas maneiras, desde expectativas culturais até em normas de comportamento de gênero pré-determinadas. Ao apresentar esse primeiro nível, a autora buscava sensibilizar para a necessidade de uma análise crítica das estruturas sociais que perpetuam injustiças direcionadas ao gênero feminino. Apresenta, então, que a libertação dessas opressões começa com a conscientização e pela desnaturalização dessas mesmas normas, o que permitiria assim um espaço maior de autodeterminação e a igualdade de oportunidades (Ongaro Basaglia, 1987).

A partir disso, Ongaro Basaglia (1987) apresenta um conceito motriz da sua obra: a concepção da mulher como “natureza”², que reflete uma condição paradoxal, pois, embora seja percebida como parte inerente

² A redução das mulheres à sua caracterização enquanto natureza como uma forma de manter a posição subalterna é semelhante àquele



e natural da ordem social, essa mesma concepção, na verdade, é uma construção cultural meticulosamente planejada e limitada pelas normas e valores patriarcais. Nesse sentido, as mulheres são posicionadas dentro de um espaço já pré-determinado pela cultura dominante, onde suas expressões individuais são moldadas e controladas de acordo com as expectativas do patriarcado.

A crítica dessa visão vem ao destacar como o gênero feminino é frequentemente confiado a papéis e comportamentos típicos que servem aos interesses do gênero masculino, o que limita sua liberdade de desenvolver uma própria identidade autêntica. Ao serem tratadas como uma “natureza fabricada”, Ongaro Basaglia (1987) aborda como as mulheres são despojadas de sua capacidade de agir como sujeitos autônomos e são frequentemente instrumentalizadas para servir aos desejos dos outros, especialmente dos homens com quem mantêm algum tipo de relação.

Essa construção cultural não apenas reforça estereótipos restritivos e injustos, mas também perpetua desigualdades profundas ao marginalizar as contribuições das mulheres e assim limitar seu acesso a espaços que deveriam ser considerados comuns. Consequentemente, Ongaro Basaglia (1987) discute o conceito de “*contra natureza*” em que as mulheres são frequentemente vistas quando desafiam ou não se conformam aos papéis tradicionais de gênero estabelecidos pela sociedade patriarcal. Isso pode incluir mulheres que buscam independência, igualdade, ou que questionam as expectativas tradicionais de submissão e cuidado.

Para Ongaro Basaglia (1987), a noção de “antinaturalidade” aparece quando as mulheres decidem conscientemente não seguir as normas impostas pela sociedade patriarcal. Fazendo com que essa escolha de desafiar o status quo seja frequentemente vista como uma afronta às convicções sociais que sustentam a desigualdade de gênero. Ao optarem por não se conformar com os papéis e comportamentos esperados, as mulheres são rotuladas como “antinaturais”, o que reflete uma tentativa de reprimir qualquer forma de expressão feminina que não se alinhe com as normas predefinidas de feminilidade aceitável.

As mulheres “antinaturais” são vistas como “perigosas” diante do medo de que sua resistência às normas sociais tradicionais possa inspirar outras a questionar e desafiar o sistema patriarcal mais amplamente. Além disso, as mulheres que desafiam as normas de gênero, muitas vezes, são mal compreendidas como querendo “ser homens”, uma visão que reduz suas lutas por igualdade a uma tentativa de imitar ou assumir características masculinas. Essa interpretação ignora a diversidade de experiências femininas e a variedade de formas legítimas de expressão de gênero além da dicotomia tradicional masculino-feminino.

Em seus estudos, Ongaro Basaglia (1987) discute como a posição social das mulheres frequentemente as coloca no que ela classifica como “ausência de poder”, o que consequentemente as torna vistas como “fracas” dentro das estruturas de opressão patriarcal. Essa falta de poder não é apenas uma questão de acesso limitado a recursos e oportunidades, mas também se refere à maneira como as mulheres são marginalizadas e subjugadas em muitos aspectos da vida social, política e econômica, e, por consequência, limitando o acesso das mulheres em participação plena na vida pública e, também, privada. Essa posição de subalternidade não apenas anula a capacidade das mulheres de exercer influência e controle sobre suas vidas, mas também perpetua a percepção de que sua contribuição e perspectivas são menos importantes ou menos válidas.

A mulher vem sendo frequentemente vista, segundo Ongaro Basaglia (1987), como “corpo e propriedade dos homens”. Esta visão historicamente enraizada é perpetuada como uma dinâmica desigual de poder, onde o corpo feminino é, frequentemente, objeto de controle e exploração por parte dos homens. Esta ideia relega a um papel de subordinação, onde sua existência é definida em termos de sua relação com o homem. Discute-se, então, como as estruturas patriarcais conformam a mulher a objeto, em vez de sujeito. Essa distinção é crucial: enquanto os homens são vistos como sujeitos autônomos, capazes de agir, decidir e moldar seu próprio destino, as mulheres são frequentemente tratadas como objetos passivos, cujo valor é determinado pela sua utilidade para os homens ou pela sua conformidade com as expectativas sociais. Essa visão de objeto reduz as mulheres a papéis de servidão, ornamento ou simplesmente como meio para alcançar os desejos e necessidades masculinas. Ongaro Basaglia (1987) argumentava que essa falta de reconhecimento da plena subjetividade das mulheres perpetua a desigualdade de gênero e limita suas oportunidades de desenvolvimento pessoal, autonomia e realização.

Desafiar a representação das mulheres como objetos para Ongaro Basaglia (1987) é fundamental para que, assim, possa-se promover uma sociedade em que há o reconhecimento e a valorização das mulheres enquanto sujeitos de direitos e capazes de tomada de decisão sobre as suas próprias vidas e de contribuir em todos os aspectos na sociedade. Ao serem vistas como objetos, as mulheres enfrentam constantemente barreiras sistemáticas que as mantêm em posições de dependência e submissão, privadas de oportunidades educacionais, profissionais e políticas. Além de toda a violência que este olhar perpetua, na exploração e no abuso tanto físico quanto emocional a estas mulheres.

Um conceito-chave apresentado por Ongaro Basaglia (1987) neste capítulo é de corpo-para-os-outros, que se refere à maneira como o corpo da mulher é constantemente visto e utilizado não como um sujeito autônomo e com própria identidade, mas sim como um objeto, como comentado anteriormente, para servir os interesses e expectativas dos outros, numa compreensão reducionista do corpo feminino. Na sequência, é apresentado o conceito “ser-para-os-outros” que se refere à condição na qual as mulheres são frequentemente

processo descrito por Fanon (1952/2020) que também reduz as pessoas negras a uma existência biológica, apenas enquanto corpo e não como mente, que é mais valorizada socialmente, e assim podem ser estereotipadas na imagem do primitivo.



colocadas em uma posição de existência voltada principalmente para atender às necessidades e expectativas dos outros, em detrimento de sua própria autonomia e bem-estar pessoal. Os conceitos de “mulher-corpo-para-outros” e “mulher-sustento-para-outros” são explorados por Ongaro Basaglia (1987) para demonstrar como as mulheres são relegadas a papéis de servidão e subordinação dentro da estrutura patriarcal.

O conceito mulher-corpo-para-outros refere-se à visão do corpo feminino como um objeto para o prazer e a utilidade dos outros, principalmente dos homens. Na sociedade patriarcal, o corpo das mulheres frequentemente é objetificado e reduzido a um papel de servir aos desejos e necessidades sexuais dos homens. Isso pode ser visto na representação sexualizada das mulheres na mídia, na publicidade e na cultura popular, onde seus corpos são explorados e comercializados sem consideração pela sua autonomia e/ou dignidade (Ongaro Basaglia, 1987).

Já o conceito mulher-sustento-para-outros aborda a expectativa de que as mulheres devem assumir a responsabilidade pelo cuidado e sustento dos outros, especialmente dentro do ambiente doméstico. Isso inclui não apenas o trabalho não remunerado de cuidar da casa e da família, mas também a carga emocional e física de garantir o bem-estar dos outros membros da família. As mulheres, muitas vezes, enfrentam uma pressão significativa para equilibrar essas responsabilidades com suas próprias aspirações e necessidades pessoais, resultando em um desequilíbrio de poder e autonomia (Ongaro Basaglia, 1987).

Esta discussão feita por Ongaro Basaglia é recuperada por Marcela Lagarde (2005) para a construção da sua tese de doutorado, defendida em 1989, onde constrói um quadro explicativo para pensar os estereótipos que enquadram a vida das mulheres através da figura dos cativos³, enquanto a obrigação de cumprir com o dever feminino do seu grupo, sem alternativas dialéticas. No cativo, o poder coloniza o corpo, a subjetividade, o tempo e o espaço das mulheres, que renunciam a si mesmas e passam a ter a vida ocupada por outros, numa relação de dependência vital.

Ongaro Basaglia (1987) também discute como as mulheres são colocadas na posição de serem mães sem o apoio emocional, físico ou psicológico necessário. Isso pode resultar em um conflito interno entre as expectativas sociais de maternidade e as capacidades individuais de cada mulher, que podem não se alinhar com esses ideais pré-estabelecidos. Ela aborda a dinâmica onde as mulheres são socializadas para desempenhar papéis de cuidado e responsabilidade desde jovens, muitas vezes sacrificando suas próprias necessidades e aspirações em prol dos outros. Essa socialização pode reforçar expectativas opressivas e limitar a autonomia das mulheres, perpetuando padrões de comportamento de suporte e cuidado. Essa discussão é feita sob a categoria explicativa mãe-sem-mãe, discutida a partir da ideia de “filhas-sem-mãe” de Phyllis Chesler⁴.

A autora critica como a sociedade impõe à mulher uma série de expectativas e limitações que se manifestam nos papéis de “Natureza”, “Corpo-para-os-Outros” e “Mãe-sem-Mãe”. Esses papéis não permitem alternativas significativas, forçando as mulheres a se conformarem a uma existência que muitas vezes as aliena de si mesmas e de suas necessidades individuais. A menopausa, por exemplo, é um momento particularmente crítico onde as mulheres podem sentir-se deslocadas e incompreendidas pela sociedade. Em vez de ser vista como uma fase de transição natural, na menopausa muitas mulheres são medicalizadas e taxadas como emocionalmente instáveis quando expressam insatisfação ou desejos de mudança (Ongaro Basaglia, 1987).

Ongaro Basaglia (1987) encerra o capítulo sobre a saúde mental das mulheres, destacando como a cultura e a história têm limitado as possibilidades de expressão e autonomia femininas. Ela argumenta que as mulheres são frequentemente colocadas em papéis de submissão e conformidade com normas patriarcais, o que as impede de explorar plenamente sua identidade e potencial individuais. Ongaro Basaglia propõe que é essencial compreender profundamente os contextos e as estruturas sociais que contribuem para o sofrimento psicológico das mulheres, em vez de simplesmente rotulá-las como doentes por não se conformarem às expectativas patriarcais. Ela desafia a percepção da “loucura” das mulheres como um estado natural ou individual, propondo uma análise crítica das condições sociais, culturais e históricas que perpetuam a opressão e a limitação das mulheres.

A instituição psiquiátrica

Fechando a coletânea, Ongaro Basaglia (1987) apresenta o capítulo “Crítica de las instituciones psiquiátricas”, em que faz uma leitura sobre as mudanças na perspectiva sobre a loucura a partir da consolidação da racionalidade burguesa na sociedade. Essa é uma empreitada de recuperação da história da loucura, já desempenhada por outros autores (Foucault, 2008; 2017; Castel, 1991), mas que, em sua construção, a autora propõe como foco a forma como a história da loucura está entrelaçada com a história da razão, e que a separação entre o que é razão e o que é não-razão leva também à instituição do modo com que se lida com a loucura.

É apontado que, na história da sociedade, a evolução gradual dos valores, das crenças e das regras estabelecidas levou à primazia do juízo, daquilo que é racional. A separação do racional e do irracional, portanto, vem do avanço do conhecimento e da ciência, o que constrói uma visão da loucura como algo irracional e advindo dos pavores e misérias do humano. Estes, por sua vez, são “anulados através do suplício, da punição, da repressão, da autoridade, da ciência e do poder” (Ongaro Basaglia, 1987, p. 60, tradução nossa).

³ Os cativos das mulheres descritos por Marcela Lagarde são a casa, o convento, o bordel, a prisão e o manicômio. Mais em: Kurchaidt, M. Z., Saraiva, J. S., Brandão, M. B., & Muhl, C. (2023). Duas Interpretações Sobre Loucura e Gênero: Franca Basaglia e Marcela Lagarde. *Caderno PAIC*. Recuperado de <https://cadernopaic.fae.edu/cadernopaic/article/view/541>

⁴ O texto em questão de Phyllis Chesler citado diretamente por Ongaro Basaglia é *Women and Madness*, de 1972.



Nesse sentido, a totalidade do que é o humano, em sua completude de necessidades e desejos, engloba também a loucura. A loucura faz parte dessa totalidade e das misérias humanas, mas em um espaço de existência separado (Ongaro Basaglia, 1987). Em outro texto, Ongaro Basaglia (2022) aponta como lutar contra a própria doença é uma luta para apropriar-se de si mesmo, do próprio corpo, das suas responsabilidades, do seu futuro.

Ongaro Basaglia define que a “loucura é considerada como qualquer fenômeno até que todas as necessidades da coletividade adquiram a força de se expressar como perguntas que exigem respostas” (1987, p.60, tradução nossa). Assim, se misturam aspectos da não-razão, da loucura, do delírio, da violência, das crenças, dos rituais, e todas estas formas são unidas sob um julgamento de valor, sob a delimitação de pecado, bestialidade, erro, degeneração, desequilíbrio e vício. A autora afirma que não há direito de expressão por parte deste aspecto da humanidade, ele permanece silenciado.

Assim, a loucura não pode se expressar, pois está no âmbito da não-razão, enquanto a racionalidade burguesa estabelece que o que é da compreensão humana é aquilo que é lógico e dito sob a linguagem da racionalidade e do poder (Ongaro Basaglia, 1987). A linguagem da loucura é o delírio, e isso estabelece uma incomunicabilidade entre razão e loucura, já que a lógica de compreensão da racionalidade passa por outra linguagem. Com isso, é possível que a racionalidade tenha o domínio e poder sob a loucura, pois mesmo sua definição é dada a partir de uma linguagem que não a sua própria.

O poder da não-loucura sobre a loucura através do uso da linguagem é também tema do trabalho de Foucault. Em *A ordem do Discurso* (2012), o autor fala de como é construída a separação inegociável entre razão e loucura, de modo que o discurso do louco não pode circular, sendo sua palavra considerada nula, sem importância e sem validade. A separação operada também serve para elevar a razão, e a loucura então só pode ser escutada a partir de um aparato de saber (psiquiatria, psicologia, psicanálise) e dentro de uma rede de instituições outorgadas pela ciência. A loucura é despojada da sua linguagem, ainda que seja possível continuar a falar dela, é impossível a loucura falar por si mesma (Foucault, 2008).

Ongaro Basaglia reflete sobre a experiência do humano que agora fica à mercê do saber psiquiátrico:

É uma alienação total, porque confiar como paciente no técnico de saúde significa perder todo o controle sobre o próprio corpo, sobre a própria vida, quando não significa (para quem significa) perder o único papel que garante a sobrevivência: o trabalho; é a angústia do desconhecido porque o único possuidor dos segredos da vida e da morte é o médico, cujo léxico é incompreensível (deliberadamente esotérico para manter distância entre o doente e a doença) nos deixa à mercê de um corpo desconhecido e de uma vida que nunca é nossa (Ongaro Basaglia, 2002, p.5, tradução nossa).

A autora aponta que a separação entre a miséria e a loucura só ocorreu a partir de Pinel, com a passagem dos loucos do cárcere para o manicômio. Com isso, passa-se a tratar o louco como enfermo, e não como delinquente. Ambas as condições são vistas como formas de sub-humanidade. Ongaro Basaglia ressalta que a separação segue uma lógica que busca responder a demandas globais de formas fragmentadas, isoladas. Responde-se à loucura, agora, de maneira técnica, e de uma forma distinta à da delinquência – mas ambas ainda são vistas como parte da miséria humana. Com esse “parcelamento das necessidades do homem” (1987, p. 63, tradução nossa), emudecem-se demandas que são globais e a loucura é invalidada em sua expressividade.

O direito a ter um espaço próprio e reconhecido, com uma expressividade também própria, é negado pela racionalidade burguesa. Por isso, a loucura forma parte de uma natureza que a razão quer combater e dominar, relegando a sua definição algo que é da enfermidade e da não-razão (Ongaro Basaglia, 1987).

Ongaro Basaglia (1967) defende que esta perspectiva mantém as coisas exatamente como são, sem necessidade de responder às demandas da totalidade humana, e nem de estabelecer os direitos de liberdade, igualdade e fraternidade a todos. As instituições psiquiátricas, portanto, permanecem profundamente ligadas a essa relação que a racionalidade burguesa estabelece com a miséria humana. Nesse sentido, o único objetivo que elas têm é de conter e controlar a loucura, vendo-a como uma “enfermidade” que precisa de mediação.

Considerações Finais

O trabalho de Franca Ongaro Basaglia é permeado por suas próprias experiências: como mulher, como intelectual, como ativista política e como trabalhadora de serviços de saúde mental, o que aponta para a necessidade de percebermos como o conhecimento é situado. Nas palavras de Anderson (2023, p. 47): “O que é conhecido e como é conhecido reflete a situação e a perspectiva do sujeito do conhecimento”.

Por exemplo, se Franca não tivesse casado com Franco, que era médico psiquiatra, será que a desinstitucionalização dos pacientes psiquiátricos e a discussão de normal e patológico teria sido central na sua obra? Do mesmo modo, poderíamos nos perguntar sobre o impacto de Franca na obra de Franco. O fato é que existem muitas maneiras na ciência de explicar e classificar o mundo, muitas delas inclusive incompatíveis entre si, sendo que a seleção de qualquer teoria é sempre operada pelo autor na construção da sua pesquisa e não pode ser justificada por apelo a uma verdade absoluta ou realidade objetiva (Anderson, 2023).



Todavia, é o apelo a uma suposta objetividade da ciência que faz com que o trabalho científico de muitas mulheres seja desqualificado ou subalternizado em função de suas características “subjetivas”. Neste cenário, Anderson (2023) desvela o processo em que os cientistas representam a si como neutros, como uma forma de validar o seu saber, mas que isso, na verdade, bloqueia seu reconhecimento das maneiras como seus valores moldaram sua pesquisa e, assim, evita que esses valores sejam escrutinados.

A discussão sobre a situação das mulheres na ciência é importante diante da construção da autoridade científica, uma vez que é vendida a ideia de que um autor chega ao cânone exclusivamente pelo seu valor e objetividade do conhecimento produzido. Mas, dentro da realidade da produção científica, a pesquisa é colaborativa e depende do testemunho, tal seja, aquilo em que acreditamos é influenciado por quem acreditamos e em quem acreditamos depende de atribuições de autoridade epistêmica, que dependem de opiniões sobre a especialidade e confiabilidade das pessoas (Anderson, 2023). Assim, a forma de compreender por que, mesmo com a trajetória profissional ilibada e ampla produção intelectual, Franca Ongaro Basaglia não ocupa o lugar de autoridade científica, quando o seu companheiro de vida e trabalho é visto nessa posição, é pensando o contexto de desenvolvimento da ciência, ainda atravessado por preconceitos generificados, que acabam por impedir a ascensão ao posto de intelectuais às mulheres.

É desafiador em um texto em que pretendíamos somente apresentar em pormenores uma obra de Franca Ongaro Basaglia também iniciarmos uma discussão epistemológica sobre quem é o sujeito produtor de ciência e pautarmos uma agenda política de enfrentamento de iniquidades na carreira científica, mas, ao olharmos para a trajetória de Franca, parece que um caminho revolucionário e não resignado faria sentido também a autora, que nunca desvencilhou o pessoal do público.

Referências

- Ahmed, S. (2022) *Viver uma vida feminista*. São Paulo: Ubu.
- Amarante, P. (1994). Uma aventura no manicômio: A trajetória de Franco Basaglia. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 1(1),61-77.
- Amarante, P. (2007). *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Amarante, P. (2022). Por una psiquiatria en defensa de la vida. *Salud Colectiva*, 18(), [fecha de Consulta 15 de Abril de 2025]. ISSN: 1669-2381. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=73170673018>
- Anderson, E. (2023). Epistemologia e filosofia da ciência feministas. In: EC Barbosa (Org). *Textos Seleccionados de Filosofia Feminista*. Pelotas: Editora Ufpel.
- Basaglia, F. (1979). *A psiquiatria alternativa*. São Paulo: Brasil Debates.
- Bermann G. (2020). *La salud mental en China*. Remedios de Escalada: De la UNLa - Universidad Nacional de Lanús; (Cuadernos del ISCo). doi: 10.18294/9789874937643.
- Castel, R. (1991). *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. (2 ed). Rio de Janeiro: Graal.
- Dilthey, W. (2008). *Ideias acerca de uma Psicologia Descritiva e Analítica* (A. Morão, Trad.). Covilha, Portugal: Lusosofia press. (Original publicado em 1894).
- Fanon, F. (2020). *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo: Ubu. (Original publicado em 1952).
- Foucault, M. (2008). *Doença Mental e Psicologia*. Lisboa: Texto e Grafia.
- Foucault, M. (2012) *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2017). *História da Loucura: Na Idade Clássica*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva.
- Giannichedda MG (2016). *Ongaro Basaglia, Franca*. Dizionario Biografico degli Italiani. Roma: L'Istituto della Enciclopedia Treccani. Recuperado de: [https://www.treccani.it/enciclopedia/franca-ongaro-basaglia_\(Dizionario-Biografico\)/](https://www.treccani.it/enciclopedia/franca-ongaro-basaglia_(Dizionario-Biografico)/)
- Kanoussi, D. (1987). *El espacio historico del feminismo*. In F. Ongaro Basaglia. *Mujer, Locura y Sociedad*. Puebla, Universidad Autónoma de Puebla.



- Kantorski, L. P., Cardano, M., Antonacci, M. H., & Guedes, A. da C. (2021). Política de saúde mental brasileira: uma análise a partir do pensamento de Franco Basaglia / Brazilian mental health policy: an analysis based on Franco Basaglia thought. *Journal of Nursing and Health*, 11(2). <https://doi.org/10.15210/jonah.v11i2.20766>
- Lagarde, M. (2005). *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Lamoureux, D. (2009). *Público/Privado*. In: H Hirata; F Laborie; H Doaré; D Senotier. (Orgs) Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Unesp. p. 208-212.
- Ongaro Basaglia, F. (1987). *Mujer, Locura y Sociedad*. Puebla, Universidad Autónoma de Puebla.
- Ongaro Basaglia, F. (2022). Introducción a La salud mental en China de Gregorio Bermann. *Salud Colectiva [online]*. 18 Recuperado de: <https://doi.org/10.18294/sc.2022.4062>
- Perotti, I. da S. ., Holanda, A. F., & Mariotti, M. C. . (2021). Franco Basaglia e a Fenomenologia: um caminho epistemológico por liberdade. *Perspectivas Em Psicologia*, 24(2), 1–23. Recuperado de: <https://doi.org/10.14393/PPv24n2a2020-58308>
- Puchivailo, MC; Silva, GB; Holanda, AF. (2013) A reforma na saúde mental no brasil e suas vinculações com o pensamento fenomenológico. *Rev. abordagem gestalt.* [online], 19(2), 230-239.
- Tomé, DS. (2016). Ciencia y emociones: ¿responde la exclusión de la emotividad en la investigación científica a un prejuicio androcéntrico? *Tábano*, Buenos Aires, 12(1), 71-89.

Recebido em 24.09.2024 – Primeira Decisão Editorial em 25.03.2025 – Aceito em 15.04.2025